



REQUERIMENTO , DE 2013.
(do Dep. Edinho Bez)

Requer a realização de audiência pública com o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT, com representantes do Consórcio Camargo Corrêa-Artepa/M.Martins/Construbase, responsável por obras na BR 101-Trecho Sul Catarinense e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina (Sintrapav) e também o Tribunal de Contas da União-TCU para debater os problemas que levaram a greve de funcionários que paralisou as obras da Ponte Anita Garibaldi, na BR-101, em Laguna-SC.

Nos termos do art. 58, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, incisos III e VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública destinada a debater os problemas que levaram a greve de funcionários que paralisou as obras da Ponte Anita Garibaldi, em Laguna-SC. Para tanto convidar o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT, representantes do Consórcio Camargo Corrêa-Artepa/M. Martins/Construbase, responsável por obras na BR 101 –Trecho Sul Catarinense e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina (Sintrapav) e o Tribunal de Contas da União-TCU.

Justificativa

Na quarta-feira (06/03/2013), as obras da Ponte Anita Garibaldi, que fazem parte da duplicação da BR-101, no Sul de Santa Catarina, foram interrompidas por uma greve dos funcionários reivindicando melhores salários, além de horas extras equivalentes ao tempo de trabalho. Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina (Sintrapav) na região, João Batista Garcia Cavalcanti, uma pauta de negociação foi entregue aos representantes do consórcio Camargo Corrêa-Artepa/M. Martins/Construbase com um prazo até a segunda-feira, (11/03/2013) para que os gestores do consórcio desse retorno em relação as reivindicações, o que não aconteceu.

Por entender necessário dirimir quaisquer dúvidas acerca dos contratos que são firmados entre o DNIT e as construtoras solicito essa audiência pública de forma a saber quais as obrigações exigidas das empreiteiras com relação aos seus trabalhadores, notadamente no que diz respeito as questões que levaram a paralisação.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Segundo a representação da categoria a paralisação foi espontânea e a categoria quer reajuste de 9%, além de plano de saúde, melhores condições no alojamento e alimentação, bem como visitar a família - já que cerca de 90% são de estados da região.

Entendo que uma obra não pode ser paralisada por conta da falta de definição de acordo trabalhista entre patrão e empregado porque no final quem sai prejudicada é a população que se sente cada vez mais da urgência da duplicação da BR 101, no trecho sul. Cabe ressaltar que a presidente Dilma Rousseff no final do mês passado determinou ao Ministério dos Transportes “que acelere a conclusão do projeto” de duplicação da BR-101 em Santa Catarina. Vale lembrar que as obras da duplicação enunciada vem causando transtornos aos usuários e à população há mais de 12 anos.

Sala das Comissões em _____/03/2013

Deputado EDINHO BEZ